

2021

Relatório de Atividades

2º Trimestre



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Vice-Presidência

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Corregedoria

Conselheiro Renato Martins Costa

Conselheiros

Antonio Roque Citadini

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Corpo de Auditores

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE-SP

Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

Denis Dela Vedova Gomes

Luiz Claudio Manfio

João Carlos Pietropaolo

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO.....	35
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:	36
2.1	FÍSICOS:	36
2.2	ELETRÔNICOS:.....	37
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	38
3.1	PELO TRIBUNAL PLENO	38
3.2	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	38
3.3	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	38
3.4	PELO CORPO DE AUDITORES.....	38
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC	39
5.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	39
6.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	39
6.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	39
6.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).	40
6.1.2.	Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II	40
6.1.2.1.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC.....	43
6.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ	43
6.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	43
6.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	45
6.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	45
6.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	45
6.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	53
6.4.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	54
6.5.	CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP	56
6.6.	OUVIDORIA.....	57
6.7.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	57
6.8.	REVISTA DO TCE.....	59
6.9.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	59
6.10.	CERIMONIAL	59
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
8.	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	60



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	36
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	40
Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados	41
Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados.....	41
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes.....	49
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital	49
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes	50
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital	50
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes.....	51
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital	51
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes	52
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital	52
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 2º Trimestre	55
Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	56
Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP	60
Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 2º Trimestre	39
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual	42
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal.....	42

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Presidente

*O desempenho da função pedagógica vem sendo há tempos uma das prioridades do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio das atividades da Escola Paulista de Contas Públicas e de eventos já tradicionais, como o **Ciclo de Debates**, que há 25 anos reúne jurisdicionados pelo interior, promovendo diálogos e discussões com Prefeitos, Vereadores, Secretários, e servidores que integram as equipes de apoio aos gestores públicos.*

*As ações de capacitação ganharam novo impulso neste Trimestre, com a celebração de acordos de cooperação com Tribunais de Contas e demais instituições parceiras, que preveem a soma de esforços no campo educacional. **Destaca-se – nesse aspecto – ajuste firmado com a TV Cultura para difusão de conteúdo educativo**, abrangendo uma série de 30 (trinta) vídeos pedagógicos e 15 (quinze) programas de entrevistas com integrantes do TCESP, com o propósito de abordar temas de interesse e tornar o trabalho da Corte mais conhecido e acessível à população em geral.*

*Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente Relatório, elaborado **em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno**, e que reúne as principais atividades desenvolvidas **no decorrer do 2º Trimestre do Exercício de 2022**, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa interna.*



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo completa 98 anos de atividade



Anteriormente à apresentação das atividades conduzidas pelo Tribunal no período, cabe a menção a um registro histórico: no 2º trimestre de 2022, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo **completou 98 anos de atividades**. O órgão fiscalizador foi instituído por meio do Decreto nº 3.708-A, de 6 de maio de 1924, sendo o Presidente do Estado, Washington Luís, considerado o Organizador do Tribunal, a quem coube nomear os primeiros cinco Ministros.

Ciclo de Debates



No 2º Trimestre de 2022, o TCESP promoveu reuniões do Ciclo de Debates nos municípios de Sorocaba, Campinas, Presidente Prudente, Bauru, São José dos Campos, Araçatuba, São José do Rio Preto e Santos. **Ao todo, mais de 6,5 mil pessoas participaram presencialmente dos encontros.**



Os eventos que compõem o Ciclo são uma das muitas ações desenvolvidas pela Corte no âmbito de sua vertente pedagógica, servindo como oportunidade para o compartilhamento e discussão com os jurisdicionados de temas relacionados a boas práticas administrativas e ao aprimoramento da gestão municipal.

Ao longo dos 8 (oito) eventos promovidos no trimestre, o Novo Modelo de Fiscalização da Corte, bem como aspectos ligados à Nova Lei de Licitações, ao Terceiro Setor e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foram apresentados a um público composto por Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, lideranças políticas, gestores e servidores públicos.

Jornada da Privacidade

No Trimestre, o Tribunal deu seguimento à organização de eventos que compõem a **“Jornada da Privacidade”**, programação que visa convidar especialistas no campo da proteção de dados pessoais para apresentar e discutir panoramas, caminhos e tendências relacionadas ao tema.



No dia 28 de abril, a **8ª edição da Jornada trouxe como convidado o Juiz de Direito e Assessor do Gabinete da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo Fernando Antonio Tasso**, que discorreu sobre as políticas públicas municipais de fomento à

proteção de dados pessoais.



No dia 26 de maio, em continuidade aos debates sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), principalmente em relação ao impacto causado no setor público, a 9ª Jornada de Privacidade contou com palestra ministrada pela **Diretora-Presidente da Escola Superior**

de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), Ana Carla Bliacheriene.



Em sua exposição, a Ana Carla abordou as implicações e interconexões entre a LGPD e a Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/21), que estabelece regras e instrumentos para a prestação digital de serviços públicos.



Já em junho, a décima edição da 'Jornada de Privacidade' contou com **a participação do Assessor Técnico do Gabinete da Presidência do TCESP, Gustavo Hermes Hennemann**, que discorreu sobre as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para a

Administração Pública. A exposição abrangeu, em especial, dois documentos emitidos pela ANPD: o Guia Orientativo de Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público e o Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.

Programa TCE e Você na TV ALESP

Fruto do acordo celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa, **o programa "TCE e Você" estreou em abril na grade de programação da TV Alesp.**

Entre os temas veiculados na primeira edição estão as reuniões do Ciclo de Debates em Ribeirão Preto, Araraquara e Sorocaba; o lançamento do Painel do Terceiro Setor do TCESP; e as palestras do Ministro do STF Alexandre de Moraes e do 37º Presidente da República Michel Temer como parte das atividades da I Conferência sobre Democracia e Institucionalidade em comemoração aos 10 anos do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal. As produções, com conteúdo jornalísticos e educativos, são desenvolvidas pela Corte de Contas paulista e veiculadas nos intervalos da programação da Rede Alesp.



Atualização do Painel das Câmaras

Destaca-se também no trimestre **a atualização das informações e dados disponibilizados no painel “Mapa das Câmaras”, referentes ao exercício de 2021.**

De acordo com os registros atualizados, as Casas Legislativas, **que abrigam 6.908 Vereadores nos 644 municípios do Estado de São Paulo** (exceto a Capital), consumiram um montante de **R\$ 2.854.098.693,62** no exercício de 2021.

Mesmo sem considerar a inflação do período, os gastos representam **uma queda nominal de R\$ 60.470.169 em relação ao ano anterior, quando os investimentos foram da ordem de R\$ 2.914.568.862,40.**

O custo para a manutenção dos legisladores alcançou uma média per capita de R\$ 83,32, considerando a população do Estado, estimada em 34.252.760 habitantes, segundo dados de 2021 do IBGE. Houve assim queda em relação aos R\$ 85,81 per capita registrados em 2020.

Ainda segundo os dados, 18 Câmaras Municipais têm despesas que excedem o montante de recursos próprios arrecadados pelos municípios, oriundos do recolhimento de impostos (IPTU, IRRF, ISSQN e ITBI) e da cobrança de taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP).



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Mapa das Câmaras



Relações Institucionais

Audiência com Ordem dos Advogados do Brasil – Seção SP (OAB-SP):



No âmbito das Relações Institucionais, destaca-se a visita do Senhor Presidente à OAB-SP, realizada em abril, oportunidade em que foi recepcionado pela Presidente da OAB-SP, Patrícia Vanzolini, acompanhada pela diretoria eleita para o triênio 2022-2024.

Acompanharam a audiência o Vice-Presidente da OAB-SP, Leonardo Sica; a Secretária-Geral Adjunta, Dione Almeida Santos; o Tesoureiro, Alexandre de Sá Domingues; e o Presidente da Comissão de Direito Administrativo, Ricardo Ferrari Nogueira.

Audiência com a Diretoria Executiva da AFPESP:



Também em abril, o Presidente recebeu a diretoria executiva da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP) eleita para o ciclo 2022-2024.

Participaram da audiência o Presidente da associação, Artur Marques da Silva Filho, o 1º Vice-Presidente, Antonio Luiz Pires Neto, a 2ª Vice-Presidente, Rosy Maria de Oliveira; a Diretora Econômico-Financeira, Lizabete Machado Ballesteros; a 2ª Tesoureira, Rosely Duarte Corrêa; e o Presidente do Conselho Deliberativo, Eduardo Primo Curti.

Relações Institucionais - Continuidade

Audiência com a Reitoria da USP:



Ainda no mesmo mês, a Presidência visitou a Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), recebida pelo Magnífico Reitor, Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior; pelo Superintendente de Relações Institucionais, Dr. Heleno Taveira Torres; pelo Superintendente Jurídico, Dr. Fernando Facury Scaff; e pelo Procurador-Geral da

USP, Marcelo Bonizzi. Também participaram da reunião o Professor da Faculdade de Direito da USP Francisco Régis Fernandes de Oliveira e o Ex-Ministro Gilberto Kassab.

Visita do novo Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento:



No mês de maio, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recebeu a visita do novo Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento, Felipe Scudeler Salto. Ele foi recepcionado por esta Presidência e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCESP, Thiago Pinheiro Lima. Economista e Mestre em

Administração Pública e Governo, o Secretário esteve acompanhado por equipe técnica do órgão.

Relações Institucionais

Reunião com Gestores da Região Metropolitana de Jundiaí:



Também em maio, esta Presidência participou, na Prefeitura de Jundiaí, de reunião com Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários e Vereadores da Região Metropolitana do Município, que congrega 7 (sete) cidades (Itupeva, Louveira, Jarinu, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Cabreúva e Jundiaí) e abriga mais de 797 mil habitantes.

O objetivo do encontro foi orientar as lideranças e os gestores públicos sobre boas práticas administrativas e o cumprimento das instruções da Corte de Contas paulista.

Reunião com Gestores da Região Metropolitana de Campinas:



Ainda no mesmo mês, a Presidência participou em Paulínia de reunião com representantes da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Durante o encontro, com finalidade pedagógica, o TCESP ouviu dúvidas dos participantes e falou sobre boas práticas administrativas e a jurisprudência atualizada da Corte em relação aos julgamentos das contas das Câmaras Municipais.

Relações Institucionais - Continuidade

A audiência contou com a presença de 16 Presidentes de Câmaras da RMC, Presidentes dos Paramentos das regiões de Piracicaba, Baixa Mogiana, Sorocaba, Avaré e Bauru, além de representantes da União dos Vereadores do Estado de São Paulo e do Deputado Federal Carlos Sampaio, totalizando cerca de 200 pessoas.

TCESP e TCMSP assinam acordo para promoção de cursos de capacitação:



No trimestre, com o objetivo de desenvolver e promover atividades de capacitação para treinamento, qualificação e formação, **o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) firmaram um acordo de cooperação técnica na área pedagógica.** O termo foi assinado em abril em cerimônia realizada na sede da Corte de Contas municipal.

Com validade de 60 meses, o acordo prevê a realização de cursos, palestras, eventos, seminários e workshops, entre outros, por meio da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) do TCE e da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do TCM.

Os projetos e as atividades desenvolvidos terão como público-alvo os servidores dos órgãos e a sociedade civil, e buscarão o aprimoramento técnico. O termo formalizado não implicará em transferências financeiras entre as instituições.

Relações Institucionais - Continuidade

TCE compartilha tecnologia de fiscalização com Tribunais de Contas de todo o Brasil



Com o objetivo de compartilhar a experiência e as soluções de tecnologia adotadas nas ações de fiscalizações ordenadas, a Corte firmou, em maio, ***Acordo de Cooperação Técnica com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)***. Com vigência de 60 meses, o acordo prevê a troca de informações contidas nos bancos de dados da Corte de Contas paulista no intuito de contribuir para a estruturação das fiscalizações ordenadas em outros Tribunais de Contas do Brasil.

O intercâmbio inclui a cessão e o direito de uso dos sistemas e das soluções envolvidas nas fiscalizações, como aplicativo para tablets, painel de informações (dashboard) para acompanhamento das ações em tempo real, além do sistema de aplicação de questionários e geração de relatórios.

Acordo com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco:

Na mesma ocasião, o TCESP também assinou um acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), representado pelo Conselheiro-Presidente Ranilson Brandão Ramos, com o intuito de disciplinar a cessão de solução de tecnologia das fiscalizações ordenadas.

A assinatura visa conjugar esforços para obter maior eficácia e racionalidade nos procedimentos de sistematização e disponibilização da solução tecnológica, mediante intercâmbio da estrutura técnica. Para implementação das atividades referentes à cessão de direito de uso dos sistemas, o TCE-PE utilizará seus próprios recursos orçamentários, financeiros, tecnológicos e humanos.

Relações Institucionais - Continuidade

A tecnologia, inédita e exclusiva, foi desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por meio do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI). O TCESP é o único e exclusivo proprietário da Solução Tecnológica para Fiscalizações Ordenadas: aplicativo para tablet, dashboard, sistema de questionários e relatórios, e a propriedade intelectual está protegida por tratados internacionais e pelas Leis nº 6.909/98 e nº 9610/98, que regulam o Direito Autoral no Brasil.

Acordo de Cooperação com o Instituto Áquila:



Também com o objetivo de compartilhar experiências, conhecimento técnico e metodologias, o TCESP firmou – no período - um Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Áquila. O acordo foi assinado em maio por esta Presidência e pelo Presidente do Instituto Áquila, Raimundo Godoy, com participação do Superintendente Financeiro da Band, José Carlos Anguita, sem qualquer ônus para a Corte ou repasses financeiros.

Segundo o termo, o TCESP disponibilizará o acesso aos dados públicos para fins de consolidação das informações e dos critérios que serão ***utilizados para a realização do “Prêmio Band Cidades Excelentes”***, que tem o intuito de reconhecer boas práticas em gestão municipal que proporcionam melhor qualidade de vida aos cidadãos.

A premiação visa, ainda, incentivar a implantação de projetos de melhoria na esfera pública, disseminar soluções de gestão que sirvam de referência para outros municípios e valorizar servidores que atuam de forma proativa em benefício da sociedade.

Relações Institucionais - Continuidade

Os vencedores receberão reconhecimentos por boas práticas em cinco setores: eficiência e transparência; educação; saúde e bem-estar; infraestrutura e mobilidade urbana; e desenvolvimento socioeconômico e ordem pública. A premiação é distribuída para três categorias diferentes, de acordo com o tamanho da população local (menor ou igual a 30 mil habitantes, entre 30 mil e 100 mil habitantes e acima de 100 mil habitantes).

O evento inclui uma etapa estadual, em que as três melhores cidades de cada Estado em cada pilar e categoria populacional recebem o diploma de qualidade da gestão, e outra nacional, com representantes de todo país para a premiação das três melhores cidades do Brasil em cada pilar e porte municipal.

O Tribunal não realizará a transferência de informações, metodologias e dados de uso restrito, estratégicos ou relativos às políticas de segurança institucional. O termo fica em vigência até a finalização do 'Prêmio Band Cidades Excelentes', com possibilidade de prorrogação.

Tribunal de Contas e TV Cultura assinam acordo para difusão de conteúdo educativo:



Em junho, a Corte firmou um contrato com a Fundação Padre Anchieta para a produção e difusão de conteúdo audiovisual de caráter educativo, institucional e informativo. A contratação prevê uma série de 30 vídeos pedagógicos, que apresentarão a Corte de Contas paulista de uma maneira simples e direta. Também serão produzidos 15 programas de entrevistas com integrantes da Casa com o propósito de abordar temas de interesse da população.

Relações Institucionais - Continuidade

O objetivo é utilizar da qualidade e da capacidade da TV Cultura para tornar o TCE mais conhecido e mais acessível à população em geral. O material será veiculado na programação da TV Cultura, na TV Alesp, nos canais digitais e nas redes sociais do Tribunal de Contas. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses a partir da data de assinatura do contrato.

TCE participa de encontro com gestores e lideranças políticas paulistas:



Ainda em junho, representado por seu Presidente, participou da 5ª edição do Conexidades, que reuniu representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outras autoridades. O evento, gratuito, teve o propósito de debater temas de interesse dos municípios paulistas, principalmente aqueles relacionados à Educação, Saúde, Segurança Pública, Sustentabilidade e às Eleições.

Também participam da programação do encontro o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi, e os Diretores dos Departamentos de Supervisão da Fiscalização Paulo Massaru (DSF-I) e Alexandre Carsola (DSF-II), que integrarão o Painel 'Nova Lei de Licitações – TCESP'. Na ocasião, o Tribunal de Contas conduziu o lançamento do livro '**Reflexões sobre a Nova Lei de Licitações**', que reúne artigos sobre o assunto escritos por servidores do Tribunal.

SEBRAE-SP – Palestra sobre Compras Públicas e Marco Legal da Inovação:



No âmbito das atividades pedagógicas, destaca-se a realização da palestra '**Compras Públicas no contexto do Marco Legal da Inovação**', que contou com o apoio do SEBRAE-SP.

A abertura da programação foi feita pelo Vice-Presidente do TCE, Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, representando o Presidente Dimas Ramalho, do Diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP), Guilherme Campos, e da Gerente de Políticas Públicas e Relações Institucionais do Sebrae-SP, Beatriz Gusmão.

Em seguida, o Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Dias Menezes e o Procurador do Estado de São Paulo e Coordenador do Núcleo Temático de Propriedade Intelectual e Inovação da PGE/SP, Rafael Carvalho de Fassio, apresentaram o painel 'Aspectos Jurídicos da Inovação no Brasil'.

As atividades continuaram com o tema 'Compras Públicas e o Marco Legal da Inovação: apresentação do case de Mogi das Cruzes'. A palestra foi conduzida pela Consultora de Compras Públicas do Sebrae-SP Camila Patricio, pelo Analista do Sebrae-SP Claudio Januário Leopoldo e pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação de Mogi das Cruzes, Gabriel Bastianelli. Os debates contaram com moderação do Assessor-Técnico do TCESP Rafael Hamze Issa.

O evento foi direcionado a gestores públicos, acadêmicos da área de inovação, integrantes de startups e demais interessados na aplicação do Novo Marco Legal da Inovação (Lei nº 13.243/2016), conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Evento – Ouvidoria: Instrumento da Democracia Participativa



Com o intuito de esclarecer as principais dúvidas sobre a atuação da Ouvidoria como instrumento de participação do cidadão no controle e na gestão de atividades da Administração Pública, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) promoveu, em abril, a

palestra '***Ouvidoria: instrumento da democracia participativa***'.

A abertura da programação foi conduzida pelo Ouvidor do TCESP, Antônio Heiffig Junior. A live contou com a participação do Ouvidor da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Florêncio dos Santos Penteado Sobrinho, que ministrou palestra com base na Lei nº 13.460/2017, que estabelece normas básicas sobre os direitos do usuário de atendimentos prestados direta ou indiretamente pelo serviço público.

Seminário sobre Gestão Documental e Acesso à Informação

No período, o TCESP promoveu ainda, em parceria com o Arquivo Público do Estado, **o VI Seminário de Gestão Documental e Acesso à informação, com** o objetivo de estimular as reflexões em torno das diferentes perspectivas do acesso à informação e orientar quanto à gestão documental. O evento online foi direcionado aos servidores estaduais que atuam em atividades de promoção da transparência, como Serviços de Informações ao Cidadão (SIC), Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) e Ouvidorias.

O seminário contou com a participação do Coordenador do Arquivo Público do Estado, Thiago Lima Nicodemo, e do Ouvidor do Tribunal, Antônio Heiffig Junior. A Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região fez a apresentação do primeiro tema 'Devemos celebrar os 10 anos da LAI!'

Integrou ainda o evento palestra do Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas do Rio de Janeiro (FGV-EBAPE) e Diretor do



Programa de Transparência Pública da FGV Rio de Janeiro, Robert Gregory Michener, que discorreu sobre a ‘Análise comparada de leis de acesso à informação na América Latina’.

A terceira palestra do seminário consistiu em um debate realizado pela Cofundadora e Diretora da Agência Fiquem Sabendo, Maria Vitória Ramos, e pelo Bacharel em Direito pela USP e Advogado Daniel Formica, com mediação do Diretor da Central de Atendimento ao Cidadão (CAC) do Arquivo Público do Estado, Jorge Leite Bittencourt.

Seminário – Controle Externo e Orçamento Público

Com o objetivo de debater técnicas que auxiliam no exercício do controle externo, o TCESP realizou em maio o evento ‘**Controle Externo e Orçamento Público**’. As palestras contaram com a abertura do Presidente do TCESP, Conselheiro Dimas Ramalho, e foram transmitidas em tempo real pela TVTCE e pelo canal do YouTube.

Com o tema ‘Técnicas do Orçamento Público: funções, procedimentos, formas e conteúdos’, a primeira apresentação foi feita pelo Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCESP, Rafael Antônio Baldo. Em seguida, o Diretor da Escola de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), Gilson Piqueras Garcia, discorreu sobre jurimetria aplicada aos Tribunais de Contas.

Seminário – Aspectos Práticos e Operacionais do Controle Interno

Ainda em maio, o Tribunal organizou a palestra ‘**Aspectos Práticos e Operacionais do Controle Interno**’. O evento, direcionado aos servidores públicos da área de controle interno e demais interessados, teve objetivo levar os participantes a compreenderem a necessidade de implantação de um sistema de controle interno.

Com instrução pelo Diretor do Departamento de Supervisão da Fiscalização (DSF-I), Paulo Massaru Uesugi Sugiura, pelo Chefe-Técnico da Fiscalização Francisco José Pupo Nogueira Filho, e pela Controladora Interna, Rosely Duarte Corrêa, a capacitação discutiu as competências, as atribuições e a segregação de funções no setor; planejamento do sistema de controle interno; além da execução dos planos de trabalho e ação. O programático incluiu ainda questões relativas a relatórios, adiantamentos, repasses ao Terceiro Setor e compras públicas, entre outros temas.

Evento sobre Planejamento Urbano e Prevenção de Desastres



Inserido no âmbito de ações relacionadas à agenda 2030 da ONU, o **TCESP realizou em maio o evento ‘Cidades Resilientes: o planejamento urbano como um instrumento de prevenção a desastres e de melhora na qualidade de vida da população’.**

As palestras contaram com abertura deste Presidência e da Coordenadora do Observatório do Futuro, Marcela Pégolo da Silveira. Fazem parte das ações do Observatório do Futuro do Tribunal, núcleo que monitora a implantação da Agenda 2030 no território paulista.

Com o tema ‘Gestão de Riscos de Desastres e Desenvolvimento das Cidades: a importância de uma abordagem intersectorial’, a primeira palestra foi ministrada pela Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil), Moema Freire.

Em seguida, a Procuradora do Município de São Paulo e Pesquisadora Colaboradora do Centro de Síntese USP Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Debora Sotto apresentou a definição de resiliência urbana e falará sobre as alternativas para a construção de cidades resilientes e sustentáveis.

A apresentação de encerramento abordou a integração de políticas públicas para a construção da resiliência. Na ocasião, o 1º Tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Tiago Lourençon, falou sobre a importância da integração das políticas públicas setoriais com a política nacional de proteção e defesa civil, e discorrerá sobre os elementos da iniciativa Construindo Cidades Resilientes 2030 – MCR2030.

Seminário sobre Nova Lei de Improbidade Administrativa



Já em junho, o TCE/SP reuniu especialistas em Direito e representantes de órgãos que atuam no controle externo para debater a **Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 14.230/21)**.

Durante o seminário presencial – com transmissão em tempo real pela internet, mais de 1 mil pessoas acompanhando e 3,5 mil visualizações – as autoridades discutiram os principais pontos da legislação que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. A atualização foi feita em relação à Lei nº 14.230/21, que alterou aspectos fundamentais da Lei nº 8.492/92.

O evento contou com a participação da Subprocuradora-Geral da República e autora da Nota Técnica do Ministério Público Federal (MPF), Samantha Dobrowolski, do Deputado Federal e Relator da revisão da Lei, Carlos Zarattini, do Advogado, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP) Igor Tamasauskas e do Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) e Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), Ismar Viana.

5º Seminário de Direito Eleitoral para Orientação dos Agentes Políticos

No mesmo mês, o TCE/SP participou **da abertura do 5º Seminário de Direito Eleitoral para Orientação dos Agentes Políticos**. O evento, realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na Capital, teve o objetivo de discutir as principais alterações na legislação eleitoral, com destaque às relacionadas à propaganda política e à federação partidária, e debater o atual cenário em nível estadual.

Na oportunidade, o Agente da Fiscalização Bruno Mitsuo Nagata apresentou a palestra **'Rejeição das contas de gestão, julgamento irregular de ajustes e sanções aos gestores públicos e de entidades privadas que recebam recursos públicos'**.

Participação do TCESP na entrega do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor

O Tribunal de Contas também marcou presença na cerimônia de entrega do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor – Mário Covas, honraria conferida aos Chefes de Executivo que tenham elaborado projetos e implementado ações com foco no desenvolvimento e na competitividade dos pequenos negócios em seus municípios.



Campanha de Arrecadação de Produtos para Mulheres em Vulnerabilidade



Também no trimestre, em um esforço coletivo, servidores do Tribunal se uniram e **doaram quase 23 mil produtos de higiene pessoal para mulheres em situação de rua e vulnerabilidade socioeconômica.**

A campanha, coordenada pela Presidência da Corte paulista, arrecadou 22.928 itens. Ao todo, foram doados 14.155 absorventes, 2.272 lenços umedecidos, 898 sabonetes, 880 xampus e condicionadores, 597 cremes dentais, 265 desodorantes e 82 escovas dentais, entre outros produtos.

Realizada tanto na Capital quanto nos 20 municípios paulistas localizados no interior e no litoral que sediam Unidades Regionais (URs) do TCE/SP, a ação mobilizou, ao longo de março – mês da Mulher – servidores, funcionários terceirizados e estagiários para ajudar mulheres, adolescentes e meninas que vivem em situação de vulnerabilidade e sofrem com a falta de recursos, inclusive, para manter a higiene no período menstrual.

Os produtos foram destinados a entidades sem fins lucrativos que atendem mulheres dos municípios de Araçatuba, Bauru, Campinas, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Araras, Fernandópolis, Registro, Araraquara, Guaratinguetá, Andradina, Itapeva, Ituverava, Adamantina, Mogi Guaçu, Santos e da cidade de São Paulo.

A campanha do TCE/SP vai ao encontro do propósito da Corte de ser uma indutora de políticas públicas. Estima-se que, no Brasil, uma em cada quatro meninas não frequenta a escola quando está menstruada. O problema, conhecido como pobreza menstrual, está relacionado com a falta de condição financeira para comprar absorventes e está diretamente associado à desigualdade social, racial e de renda.

Doação de Sangue por servidores do TCE, TJSP e SEFAZ-SP



Ainda no campo de ações de cunho social, a campanha para doação de sangue realizada em maio de forma conjunta pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), pela Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP) e pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJSP), **arrecadou 71 bolsas de sangue que poderão fazer a diferença na vida de até 284 pessoas.**

Com o tema ‘Você pode ser a segunda chance de alguém’, a ação foi voltada, exclusivamente, aos servidores das instituições e acompanhada pelo Presidente do TCESP, Conselheiro Dimas Ramalho, e pelo Secretário da Fazenda e Planejamento, Felipe Salto.

A coleta foi feita nas dependências da Corte de Contas paulista pela Fundação Pró-Sangue, que disponibilizou toda a estrutura logística necessária ao serviço de coleta externa. Os profissionais da Diretoria de Saúde e Assistência Social (DASAS) do Tribunal de Contas também colaboraram com o cadastramento e a triagem clínica dos doadores.

Campanha do Agasalho 2022



Outra ação social de destaque conduzida pelo TCESP foi a **Campanha do Agasalho para o inverno de 2022, com o lema ‘Doe o que puder. Pegue o que precisar’.**

Durante a campanha foram arrecadadas peças infantis, femininas e masculinas de inverno, como agasalhos, cachecóis, meias, gorros, luvas, moletons, casacos, sobretudos, jaquetas, blusas de manga longa, calças e cobertores. As roupas foram então colocadas para doação, a partir de 27 de junho, em um varal solidário em frente ao Edifício-Sede do TCESP, na Capital. As pessoas puderam retirar o que precisarem para se manterem aquecidas, sem nenhum tipo de cadastro ou identificação.

As 20 Unidades Regionais do Tribunal de Contas, localizadas em municípios do interior e litoral do Estado, também participaram da Campanha do Agasalho e destinaram doações à população carente local.



Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares

Após detectar situações preocupantes em escolas municipais e estaduais em novembro de 2021, o TCESP realizou em abril uma nova fiscalização surpresa nas unidades escolares para vistoriar se foram feitas adequações e correções das falhas apontadas na inspeção anterior. A ação envolveu um corpo técnico de **502 Agentes da Fiscalização, que realizaram a vistoria simultânea de 485 unidades de ensino – 140 escolas estaduais e 345 municipais – em 348 municípios do Estado**, incluindo a Capital, com escolas sob a responsabilidade do Governo Estadual e dos municípios.

Ao revisitar as instituições, o TCESP buscou confrontar a situação e averiguar se houve evolução ou piora no serviço prestado à população. A fiscalização ordenada verificou a infraestrutura da escola, bem como o fornecimento de água, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas, banheiros, cozinha, locais de convivência, pátios e quadras esportivas. A vistoria incluiu, ainda, inspeções em transporte escolar, uniformes, equipamentos, materiais didático-pedagógicos e computadores com acesso à internet.

Todas as informações – fotos, vídeos, dados, principais ocorrências e situações de irregularidade – foram transmitidas em tempo real para os Departamentos de Fiscalização e ao Departamento de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas e podem ser acompanhadas pelo site do TCESP, **no link <http://streaming.tce.sp.gov.br/dashboard>**.

As ações foram registradas em um relatório gerencial parcial – para divulgação de informações de interesse público – e em outro relatório consolidado, com dados segmentados e regionalizados, devidamente encaminhado aos Conselheiros-Relatores de processos ligados às escolas fiscalizadas. Todas as Prefeituras e órgãos estaduais receberam notificações do TCESP para correção e prestação de esclarecimentos detalhados sobre cada caso.

Os dados obtidos também subsidiariam a elaboração de um **Relatório Comparativo**, confrontando os resultados da ação atual com o escopo de Fiscalização análoga realizada no ano passado.



2ª Fiscalização Ordenada:

Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares

Acesse o **Relatório Consolidado** por meio do código (QR Code) ao lado.



2ª Fiscalização Ordenada:

Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares

Acesse o **Relatório Consolidado** por meio do código (QR Code) ao lado.



Boletim de Jurisprudência



No trimestre, o TCESP disponibilizou a **11ª, a 12ª e a 13ª edições do Boletim de Jurisprudência**, publicação que reúne as principais decisões proferidas pelas Câmaras e pelo Plenário. O objetivo do boletim é divulgar aos servidores, jurisdicionados e à sociedade em geral os

julgados mais significativos do Tribunal, propiciando maior transparência e segurança jurídica.

Dentre os critérios utilizados para seleção das decisões, destacam-se: a ocorrência de votos revisores/desempate, discussões e/ou sustentações orais; o ineditismo e/ou relevância da tese; a alteração no entendimento dominante; a reiteração de novo entendimento; e a menção às Súmulas do TCESP. **A partir de 2022, a publicação também começou a correlacionar as decisões com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em consonância com a Agenda 2030 da ONU e com o Plano Estratégico do Tribunal de Contas para o ciclo 2022-2026.**

Também foram incluídos no boletim um Índice Alfabético-Remissivo e uma ferramenta de pesquisa específica para facilitar a consulta aos inúmeros assuntos constantes nas edições publicadas.



As edições destacam, dentre outros temas, as decisões envolvendo estudos sobre as implicações da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021) e os efeitos da Portaria STN nº 377/2020 (Empregados de Organizações Sociais e as Despesas com Pessoal).



BOLETIM DE
JURISPRUDÊNCIA

Utilize o QR CODE ao lado para
acessar os Boletins de Jurisprudência.

Regulamentação de Cota Racial em Concurso Públicos

**Reserva de 20%
para negros em
concursos públicos**

RESOLUÇÃO Nº 04/2022
bit.ly/RTCESP4-2022

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Ainda no âmbito das ações e políticas sociais, o TCESP publicou a Resolução nº 04/2022 que regulamenta a reserva aos candidatos negros de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos da Casa.

A cota será válida sempre que houver três ou mais vagas no certame. O número de lugares existentes e o total correspondente à reserva destinada à população negra deverão constar expressamente no edital do concurso.

O candidato que concorrer às vagas reservadas a pessoas negras participará do concurso público em igualdade de condições com os demais no que concerne ao conteúdo das provas e dos exames, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e dos exames e às notas mínimas exigidas.



Poderão concorrer às vagas reservadas aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A opção pela participação por meio da cota é facultativa e a autodeclaração terá validade somente para o concurso público aberto, não podendo ser estendida a outros certames. O candidato aprovado dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não será computado para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas observada a ordem de classificação.

As informações prestadas são de inteira responsabilidade do inscrito, devendo esse responder por qualquer falsidade. Em caso de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

O processo de verificação da falsidade da declaração poderá ser iniciado a qualquer tempo por provocação ou por iniciativa da Administração Pública. Até o final do período de inscrição do concurso público será facultado ao candidato desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

A Resolução, assinada por todos os membros do Colegiado, considera o disposto no Estatuto da Igualdade Racial e a adesão do TCESP à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e é válida apenas aos concursos de ingresso, não se aplicando aos certames já homologados.



Atualização do Painel da Saúde

O **'Painel da Saúde'** é uma ferramenta desenvolvida pela Corte com o objetivo de apresentar um panorama consolidado da assistência hospitalar pública prestada aos cidadãos. A plataforma permite, por exemplo, a busca de dados, por hospital, para análise do atendimento prestado e dos recursos hospitalares disponíveis, como a quantidade de médicos que prestam assistência e o total de internações, consultas e exames realizados, detalhes sobre os tipos de leitos (de internação, cirúrgico) e de equipamentos (tomógrafo, aparelho de ressonância magnética, ultrassom com doppler colorido e ecógrafo) disponíveis.

A última atualização do painel, ocorrida no trimestre, abrange o período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021 e engloba os 272 hospitais públicos disponíveis: 71 localizados na Capital e 201 em municípios do interior e do litoral paulista.

Os dados foram extraídos a partir das bases de informações colhidas junto ao Ministério da Saúde e às Pastas estaduais da Saúde e da Fazenda, e não incluem os hospitais de entidades sem fins lucrativos ou filantrópicos, como as Santas Casas.

De acordo com as informações obtidas, em dezembro de 2019, havia 199 hospitais públicos disponíveis – 163 (81,91%) para atendimento básico e ambulatorial e 36 (18,09%) voltados ao tratamento de especialidades. Na época, 31.923 leitos estavam disponíveis.

Marcado pela crise em decorrência da pandemia, o ano de 2020 trouxe 73 novos hospitais públicos no território paulista: um incremento de 36% das unidades. A inauguração de hospitais de campanha, a reativação de estruturas já existentes e a divisão de unidades para atender a especialidades distintas foram os principais responsáveis pelo incremento no número de leitos que, em dezembro de 2020, totalizaram 38.307.

Ao final de 2021, após a chegada da vacina e a diminuição de casos graves e infecções por COVID-19, o Estado contava com 166 (61,03%) hospitais públicos sob gestão municipal, 106 (38,97%) unidades sob a responsabilidade estadual e 37.777 leitos para internação.

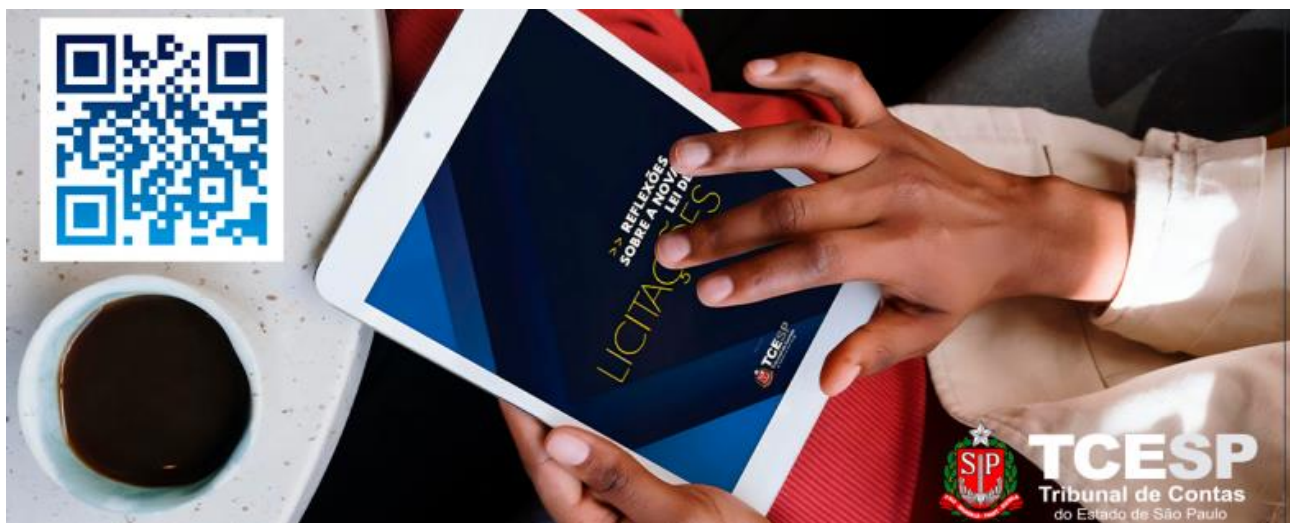


Em comparação com o período anterior, em 2021 houve um aumento de 28.863 internações em hospitais gerais, totalizando 1.144.682 internações. Já os hospitais especializados foram responsáveis por 138.450 internações ao longo do ano passado.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel da Saúde.

Edição de Livro sobre a Nova Lei de Licitações



No trimestre, o TCE SP disponibilizou para acesso público o **livro 'Reflexões sobre a Nova Lei de Licitações'**. A publicação reúne artigos elaborados por servidores da área da fiscalização que buscaram comentar as alterações promovidas pela Lei nº 14.133/21.

A edição, dividida em 23 capítulos e 408 páginas, apresenta textos de autoria dos técnicos da Corte de Contas paulista que têm o intuito de levar aos jurisdicionados um entendimento dos inúmeros questionamentos em decorrência da nova legislação licitatória. O objetivo é, em uma missão pedagógica, oferecer segurança aos ordenadores de despesas e suas equipes na prática dos atos que são de sua competência.

A publicação é um trabalho inédito sobre o assunto no âmbito dos Tribunais de Contas do Brasil. O conteúdo, entretanto, não vincula as decisões que serão proferidas pela Corte em suas deliberações dos casos concretos.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o material.

Curso sobre PPPs e Concessões



Também no período, como parte de ações voltadas ao ensino e capacitação de seus quadros, o Tribunal lançou o **curso de extensão em Parcerias Público-Privadas e Concessões**. Direcionado aos servidores do órgão da Capital e das 20 Unidades Regionais do Estado, o curso busca capacitar, com base no disposto na legislação vigente, aqueles que atuam nas áreas relacionadas ao tema.

A série de 24 aulas, prevista para ocorrer até 14 de outubro, acontecerá nas modalidades presencial e *online*, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EPCP, e será ministrada por professores externos e servidores da Casa.

Lançamento do Prêmio ODS

No trimestre, o TCESP também lançou a **segunda edição do Prêmio TCESP-ODS**. Neste ano, o concurso visa reconhecer iniciativas para incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de maneira efetiva e transformadora, em políticas públicas municipais e estaduais voltadas a atividades de saneamento básico.

O intuito da premiação, coordenada pelo Observatório do Futuro – núcleo do Tribunal para monitoramento dos ODS – é promover boas práticas e incentivar ações relacionadas às dimensões econômica, social e ambiental da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Podem participar da disputa somente projetos voltados a atividades de saneamento básico relacionadas aos Objetivos 6 (Água Potável e Saneamento), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis).



As práticas serão avaliadas segundo critérios, como obtenção dos resultados almejados e alcançados; aderência aos ODS; criatividade; economia; replicabilidade; impacto social; caráter inovador e participação popular, entre outros.

Serão consideradas boas práticas elegíveis aquelas que tenham sido efetivamente implementadas durante os exercícios de 2021 e/ou 2022, com tempo suficiente para que apresentem resultado concreto mensurável até a data de publicação do edital do Prêmio TCESP-ODS. Os finalistas (autores ou responsáveis pelas iniciativas) serão anunciados em novembro e homenageados com placas de menção honrosa em cerimônia de premiação.



Retomada do Programa “Conheça o TCESP”



Após dois anos de pandemia, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) retomou, em junho, as atividades do programa ‘Conheça o TCESP’. A primeira visita que marcou o retorno reuniu 52 estudantes, que tiveram a oportunidade de conhecer melhor a instituição.

As atividades, organizadas pela Escola Paulista de Contas Públicas ‘Presidente Washington Luís’ (EPCP), incluíram uma apresentação institucional do TCE e uma palestra sobre temas como competência, jurisdição, estrutura e ações desenvolvidas como órgão de controle externo junto aos municípios e órgãos do Estado.

Durante a visita, os alunos da Unitá Faculdade, de Campinas, e da E.E. Coronel Eduardo de Souza Porto, de Fernão – acompanhados de cinco professores e funcionários das instituições de ensino –, ***também puderam assistir à sessão do Tribunal Pleno, no Auditório Nobre ‘Professor José Luiz de Anhaia Mello’.***

Atualização Painel Rio Tietê-Pinheiros

O ‘Painel Rio Tietê-Pinheiros’ é uma ferramenta desenvolvida com o propósito de apresentar a situação dos contratos de obras do Programa de Despoluição do Rio Tietê e do Rio Pinheiros, realizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado (Sabesp), além de monitorar e garantir a transparência dos recursos públicos destinados à despoluição dos rios, em toda a sua extensão no Estado de São Paulo.

No trimestre, o painel foi atualizado com data-base de abril de 2022, utilizando informações colhidas junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).



A atualização aponta que, ao longo dos últimos 11 anos, os contratos firmados para a despoluição dos Rios Pinheiros e Tietê consumiram, juntos, **mais de R\$ 2.516.740.022,18 em recursos dos cofres do Estado de São Paulo**. Do total de contratos (61), assinados entre 2010 e 2021, quase dois terços (37) continuam em execução, enquanto 22 tiveram suas obras concluídas e dois ajustes foram rescindidos.

Das contratações, 43 são direcionadas para serviços e obras no Rio Tietê. Outros 12 ajustes são voltados para a recuperação do leito do Rio Pinheiros. Seis contratações são integradas para atender serviços e obras de interligações dos dois rios.

O levantamento indicando ainda a conclusão de 22 obras, inicialmente firmadas ao valor de R\$ 1.636.259.274,61, e que foram finalizadas ao custo de R\$ 1.764.450.093,98. Os recursos foram direcionados principalmente para a construção de interceptores, redes coletoras, estações de tratamento de água e esgoto.

Dos quatro contratos mais antigos, firmados em 2010 e 2011, metade foi rescindido e o restante está concluído. Com custo inicial de R\$ 57,68 milhões, as obras interrompidas tinham como objeto implantar interligações de esgotos nas Zonas Sul e Oeste da Região Metropolitana paulista. Mesmo sem ter avançado, as duas obras custaram R\$ 7.149.351,72 aos cofres públicos.

O levantamento do TCE reúne obras referentes às etapas III e IV do Projeto Tietê, que no período registrou, em valores iniciais de contratos, o montante de R\$ 2.558.389.231,51. Os investimentos do Estado na despoluição do rio tiveram início em 1992 e, segundo a Sabesp, já totalizaram mais de US\$ 3,3 bilhões.

As contratações para a despoluição do Rio Pinheiros são mais recentes, com ajustes firmados a partir de novembro de 2019 até 2021. Juntos, os 12 contratos envolvem a cifra de R\$ 962.209.998,00 em valores atualizados. Em valores pagos, as contratações já consumiram R\$ 133.345.694,77 dos cofres estaduais.

Todas as obras estão em execução na Capital, com exceção de uma, que contempla os municípios de Taboão da Serra e Embu das Artes.



Utilize o QR CODE ao lado para acessar o Painel Rio Tietê-Pinheiros.



1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2022, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente, o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Vice-Presidente e o Conselheiro Renato Martins Costa, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00m.

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30m.

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00m.

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Utilize o QR CODE ao lado para obter maiores informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.



2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

No 2º trimestre de 2022, foram distribuídos aos julgadores **95** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
Acessório 1 – Ordem Cronológica	1	0	1
Acessório 1 – Acompanhamento da Gestão Fiscal	1	0	1
Acompanhamento de Concessões e Permissões	5	0	5
Admissão de Pessoal – Concurso Processo Seletivo	1	1	2
Aposentadoria e Pensão	1	1	2
Balanço Geral do Exercício	1	0	1
Contas de Câmara Municipal	1	0	1
Contrato	7	0	7
Contrato de Gestão	1	0	1
Convênio – Repasses Públicos Terceiro Setor – Entidade Privada	1	0	1
Denúncia	0	1	1
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Entidade Privada - Convênio	8	0	8
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Contratos de Gestão	2	2	2
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Valor Inferior	0	2	2
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos Convênios	3	3	6
Recurso Ordinário	47	0	47
Rescisão de Julgado	4	0	4
Revisão de Julgado	1	0	1
TOTAL	85	10	95



2.2 ELETRÔNICOS:

No 2º trimestre de 2022, foram distribuídos **5.716** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GCRMC	GCRRM	GCCCM	GCSEB	CA	GP	
Ações		2	1	2	1	1		4	11
Adiantamentos	7	6	6	7	6	6		3	41
Atos de Pessoal	4	7	6	4	9	5	1041	2	1078
Balanço Geral do Exercício						1	2		3
Concurso Público		1							1
Contas de Prefeitura	43	46	43	39	36	44			251
Contratos	202	181	181	141	213	242	262	7	1429
Controle de Prazos	3	3	4	4	4	4	13		35
EPE	111	102	104	104	104	108		3	636
Expedientes	44	38	45	67	28	41	30	98	391
Expedientes do Ministério Público	27	24	13	14	13	19	31	102	243
Expedientes do Poder Judiciário	5	12	4	10	20	15	5	27	98
Instrução de Representação								20	20
Recursos	77	74	88	85	87	79	19	82	591
Relatório de Fiscalização		11	1	5	3	77			97
Repasses Públicos	105	94	97	105	111	110	55		677
Representação	15	14	12	9	13	8	42	1	114
Total Geral	643	615	605	596	648	760	1.500	349	5.716

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS	5.811
---------------------------------------------------------------------	--------------



3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 2º trimestre do presente exercício, foram realizadas **12 (doze) Sessões Ordinárias e 1 (uma) Sessão Extraordinária**:

- Apreciou **591 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **454 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.
- Analisou as Contas prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **06 Sessões Virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **13 (treze) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.409 processos**;
- A Segunda Câmara reuniu-se em **13 (treze) Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.188 processos**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 2º trimestre de 2022 foram proferidas **517 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

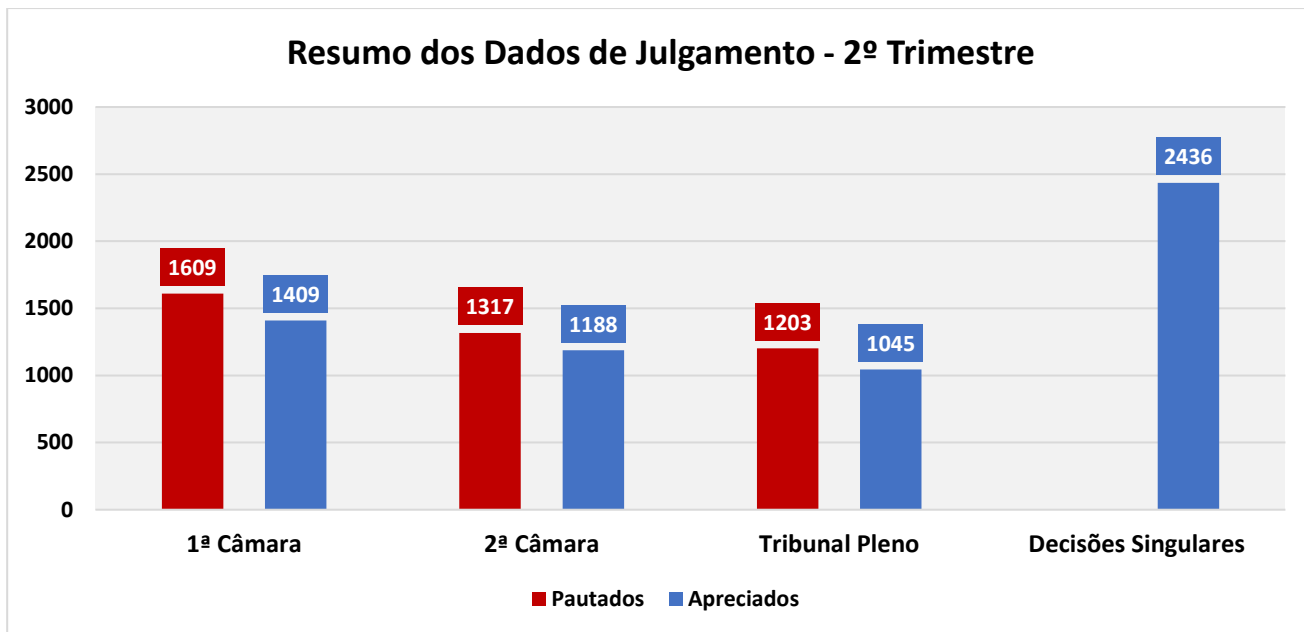
O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No **2º Trimestre de 2022**, **1.919 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores.



O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 2º Trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCE/SP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **8.711 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º Trimestre de 2022, a P.F.E se manifestou em **2.121 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.813 processos**.



6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados (SDG-3), no período, **4.129 processos**, dos quais **471** resultaram em notas taquigráficas (SDG-1).

Já A Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **3.313 certidões**.

6.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **6.988 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	539
Processos Eletrônicos	6.449



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2022 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativo de entes jurisdicionados:

Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	25	39	29	93
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1	-	1	2
AUTARQUIA ESTADUAL	1	-	5	6
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	-	-	1	1
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	-	2	2
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	4	3	-	7
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	-	3	3
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	3	1	4	8
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	-	-	3	3
MINISTÉRIO PÚBLICO	1	-	-	1
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	-	5	-	5
SECRETARIA	8	3	10	21
TRIBUNAL	1	-	-	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	21	10	15	46
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	21	2	3	26
TOTAIS	86	63	76	225

Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	76	105	89	270
AUTARQUIA MUNICIPAL	29	7	14	50
CÂMARA MUNICIPAL	180	119	77	376
CONSÓRCIO MUNICIPAL	20	4	6	30
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	1	-	5	6
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	4	-	6	10
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	-	2	4	6
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	10	7	15	32
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	6	7	8	21
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	2	3	2	7
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	3	8	9	20
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	1	2	2	5
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	-	1	-	1
PREFEITURA MUNICIPAL	212	230	143	585
TOTAIS	544	495	380	1.419



Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte segmentação por matéria, tanto na esfera estadual como municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

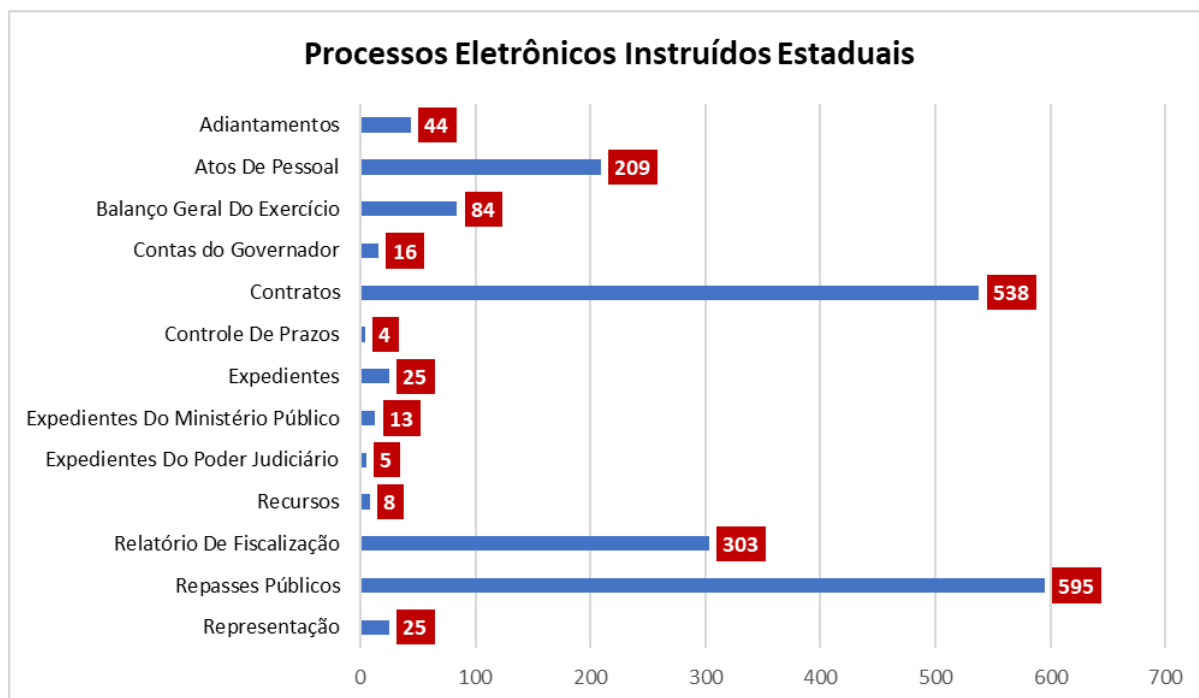
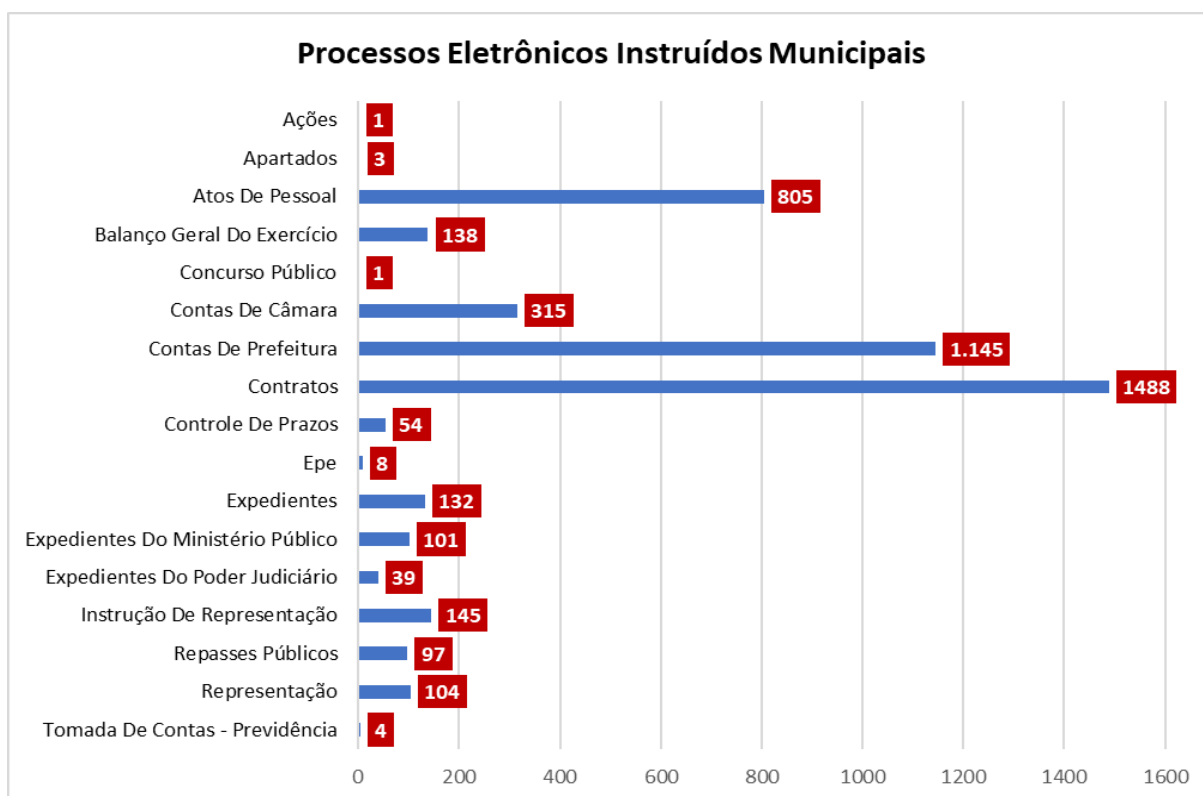


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à Pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.



6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **22 novas contratações de obras e serviços de engenharia**, tendo, no mesmo período, instruído **71 processos** da mesma natureza. No fim de junho, o Núcleo registrou um total de **584 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **5.333 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No segundo trimestre de 2022 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **951 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.



A Divisão, no período, atuou no desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramenta para análise de risco de obras (FARO). O **Projeto Águila**, que emitirá alertas para subsídio dos trabalhos de fiscalização, também recebeu aperfeiçoamentos, voltados à verificação permanente do buscador de notícias, do sistema e TCESP e tabelas de referência do FARO.

Foram ainda conduzidas atividades relacionadas ao acompanhamento e monitoramento do **IEG-M 2022** (ano base 2021) e **IEG-Prev Municipal 2022** (ano base 2021).

Por fim, a Divisão também conduziu, no trimestre, as atividades de desenvolvimento do Sistema Audesp, compreendendo o trabalho técnico de alteração sistêmica e reuniões direcionadas à coleta e análise de requisitos.



6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.328 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.498, de 29 de dezembro de 2021, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.387, de 22 de **julho** de 2021 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2022”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.082.664.409,00, sendo R\$ 1.080.085.095,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$2.579.314,00 para as Despesas de Capital**. O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.387/21), o Decreto N.º 66.436, de 13 de janeiro de 2022, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2022 e a Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 17 de janeiro de 2022.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2022 (Decreto n.º 66.436/2022) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento. Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, **no valor total de R\$ 37.465.413,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:



1. Expediente SAO nº 2001/2022-1-0001, concluído em 14/02/2022, referente a Crédito Suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no valor total de R\$ 238.815,00 à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado com efeitos retroativos a 31 de Janeiro de 2022, no Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, visando a cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO nº 2001/2022-1-00001 (em anexo), apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO nº 20007/2022-1-0002.

2. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0002, concluído em 04/02/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 13.549.228,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2022 e 020030-2/2022 de 31/01/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

2.1. Conta 33.90.39 no valor Total de R\$ 2.200.000,00 na seguinte conformidade:

a) Reforma da Unidade Regional de Bauru (UR-02);

2.2. Conta 33.90.40 no valor Total de R\$ 6.000.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Aquisição de Next Generation Firewall no valor total de R\$ 3.913.000,00 (Fonte 043);
- b) Aquisição de Inteligência Artificial no valor total de R\$ 1.500.000,00 (Fonte 043);
- c) Aquisição de solução de armazenamento de dados no valor total de R\$ 587.000,00 (Fonte 043);

2.3. Conta 44.90.52 no valor Total de R\$ 5.349.228,00 na seguinte conformidade:

- a) Aquisição de solução de back-up no valor total de R\$ 1.900.000,00 (Fonte 043);
- b) Aquisição de 800 Tablets ou Smartphones no valor total de R\$ 1.800.000,00 (Fonte 043);
- c) Aquisição de Notebooks no valor total de R\$ 1.200.000,00 (Fonte 043);
- d) Aquisição de aparelhos de TV 86”, 70” e 55” e outros materiais no valor total de R\$ 250.035,00 (Fonte 003);
- e) Aquisição de 20 Notebooks, incluindo garantia de 24 meses e outras despesas no valor total de R\$ 199.193,00 (Fonte 003).



3. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0005, concluído em 12/04/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 3.000.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2022 de 07/04/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

3.1. Conta 33.90.40 no valor Total de R\$ 3.000.000,00 na seguinte conformidade:

a) Aquisição de solução de infraestrutura hiperconvergente (HCI) e switches topo de rack, incluindo prestação de serviços técnicos especializados de implantação, ativação, configuração, testes, migração, documentação, suporte, manutenção e treinamento, propiciando a reestruturação do datacenter do TCESP (SEI 0003008/2021-61).

4. Expediente SAO n.º 2001/2022-1-0007, concluído em 14/06/2022, referente a Crédito Suplementar, no valor total de R\$ 20.455.000,00, com recursos provenientes do superávit do tesouro da Fonte 041 – Tesouro (superávit), ação 4821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária e ação 1361 – Plano de Investimentos do Tribunal de Contas, na seguinte conformidade:

4.1. Conta 33.90.39 (Outros Serviços de terceiros – pessoa jurídica), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor Total de R\$ 4.637.000,00 na seguinte conformidade:

a) Gastos adicionais com licitação do plano de saúde no valor total de R\$ 4.637.000,00.

4.2. Conta 33.90.46 (Auxílio Alimentação), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 8.040.000,00 na seguinte conformidade:

a) Reajustes no Vale Refeição e Auxílio Alimentação no valor total de R\$ 8.040.000,00;



4.3. Conta 44.90.51 (Obras e instalações), atividade 1361 (Investimentos), no valor total de R\$ 3.800.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Reforma da Unidade Regional de Fernandópolis no valor total de R\$ 1.400.000,00;
- b) Reforma da Unidade Regional de Sorocaba no valor total de R\$ 1.400.000,00;
- c) Reforma da Unidade Regional de Araçatuba no valor total de R\$ 1.000.000,00.

4.4. Conta 44.90.52 (Equipamentos e material permanente), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 3.978.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Mobiliários em geral no valor total de R\$ 478.000,00;
- b) Aquisição de 500 notebooks no valor total de R\$ 3.500.000,00;

5. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0009, concluído em 26/05/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 700.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF nº 020030-5/2022 de 20/05/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

5.1. Conta 33.90.30.61 (Peças, acessórios e componentes de informática), no valor Total de R\$ 700.000,00, conforme SEI 0001471/2022-59, na seguinte conformidade:

- a) 400 kits compostos de memória DDR\$ e unidades de armazenamento SSD NVM;
- b) 440 travas de segurança;
- c) 100 teclados com fio;
- d) 100 mouses com fio;
- e) 100 pendrives;
- f) 80 combos teclado e mouse wireless.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2022, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2022 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Fevereiro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Março	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Abril	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Maio	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Junho	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Julho	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Agosto	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Setembro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Outubro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Novembro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Dezembro	116.541.986	8.221.314	142.075	-	8.363.389	124.905.375
TOTAL	980.167.551	98.220.300	1.697.244	-	99.917.544	1.080.085.095

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Fevereiro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Março	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Abril	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Maio	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Junho	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Julho	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Agosto	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Setembro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Outubro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Novembro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Dezembro	0	215.920	-	215.920	125.121.295
TOTAL	0	2.579.314	-	2.579.314	1.082.664.409

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2022 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.511.415	8.172.591	141.379	-	8.313.970	86.825.385
Fevereiro	78.511.415	8.160.846	3.641.379	-	11.802.225	90.313.640
Março	78.511.415	8.160.846	1.641.379	-	9.802.225	88.313.640
Abril	78.511.415	8.160.846	2.641.379	-	10.802.225	89.313.640
Maio	78.511.415	12.160.846	1.711.379	-	13.827.225	92.383.640
Junho	78.511.415	20.837.846	971.379	-	21.809.225	100.320.640
Julho	78.511.415	8.160.846	641.379	-	8.802.225	87.313.640
Agosto	78.511.415	8.160.846	441.379	-	8.602.225	87.113.640
Setembro	78.511.415	8.160.846	441.379	-	8.602.225	87.113.640
Outubro	78.511.415	8.160.846	441.379	-	8.602.225	87.113.640
Novembro	78.511.415	8.160.846	441.379	-	8.602.225	87.113.640
Dezembro	116.541.986	4.200.434	442.075	-	4.642.509	121.184.495
TOTAL	980.167.551	110.658.485	13.597.244	-	124.255.729	1.104.423.280

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1 e 41	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	214.854	-	214.854	87.040.239
Fevereiro	0	3.614.854	-	3.614.854	93.928.494
Março	0	1.064.854	-	1.064.854	89.378.494
Abril	0	344.854	-	344.854	89.658.494
Maio	0	334.854	-	334.854	92.718.494
Junho	7.778.000	334.854	-	8.112.854	108.433.494
Julho	0	334.854	-	334.854	87.648.494
Agosto	0	334.854	-	334.854	87.448.494
Setembro	0	334.854	-	334.854	87.448.494
Outubro	0	334.854	-	334.854	87.448.494
Novembro	0	334.854	-	334.854	87.448.494
Dezembro	0	345.148	-	345.148	121.529.643
TOTAL	7.778.000	7.928.542	-	15.706.542	1.120.129.822

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.509.862,85	24.212.776,33	385,56	-	24.213.161,89	96.723.024,74
Fevereiro	68.972.124,29	13.803.101,02	10.378,44	-	13.813.479,46	82.785.603,75
Março	72.847.039,31	11.467.720,27	3.433.932,33	-	14.901.652,60	87.748.691,91
Abril	79.420.339,79	10.567.597,51	847.111,46		11.414.708,97	90.835.048,76
Maio	68.437.280,41	6.266.680,43	112.978,00		6.379.658,43	74.816.938,84
Junho	81.482.256,23	2.700.457,15	22.225,88		2.722.683,03	84.204.939,26
TOTAL	443.668.902,88	69.018.332,71	4.427.011,67	-	73.445.344,38	517.114.247,26

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	17.600,00	-	17.600	96.740.624,74
Fevereiro	-	21.747,05	-	21.747,05	82.807.350,80
Março	-	2.750.506,32	-	2.750.506,32	90.499.198,23
Abril	-	(12.124,80)		(12.124,80)	90.882.923,96
Maio	-	21.990,23		21.990,23	74.838.929,07
Junho	11.985,00	18.844,00		30.829,00	84.235.768,26
TOTAL	11.985,00	2.818.562,80	-	2.830.547,80	519.944.795,06

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2022 – ABRIL – MAIO - JUNHO

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.509.862,85	3.891.774,75	-	-	3.891.774,75	76.401.637,60
Fevereiro	68.789.304,53	4.937.374,90	10.378,44	-	4.947.753,34	73.737.057,87
Março	72.414.977,47	7.582.640,78	10.767,93	-	7.593.408,71	80.008.386,18
Abril	79.421.728,67	6.840.027,36	53.393,09	-	6.893.420,35	86.315.149,02
Maio	68.437.487,09	10.373.013,55	668.163,87	-	11.041.177,42	79.478.664,51
Junho	81.435.097,17	6.358.036,36	159.996,44	-	6.518.032,80	87.953.129,97
TOTAL	443.008.457,78	39.982.867,60	902.699,77	-	40.885.567,37	483.894.025,15

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	76.401.637,60
Fevereiro	-	-	-	-	73.737.057,87
Março	-	12.416,50	-	12.416,50	80.020.802,68
Abril	-	11.900,00	-	11.900,00	86.327.049,02
Maio	-	16.342,23	-	16.342,23	79.495.006,74
Junho	-	24.532,00	-	24.532,00	87.977.661,97
TOTAL	-	65.190,73	-	65.190,73	483.959.215,88

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º e 2º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado nos dias 07 de Abril e 03 de Junho de 2022, respectivamente.



6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento atuou no apoio técnico à **2ª Fiscalização Ordenada de 2022**, que avaliou o tema “**Infraestrutura e Programas Suplementares**”.

Quanto ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, o DTI disponibilizou, no período, **modelo pré-preenchido de Relatório de Contas de Prefeitura**, para o exercício de 2021. Disponível no Painel dos Municípios, o documento é automaticamente criado com uma série de informações automatizadas, como a população da localidade, a arrecadação, o IEG-M dos últimos três exercícios, repasses à Câmara, despesas de pessoal, dentre outras.

Destaca-se também o lançamento do **Aplicativo Móvel Portal TCESP**, disponível nas lojas da Google e da Apple com as seguintes funcionalidades: “Fiscalize com TCESP” e “Protocolo Digital”. Novos sistemas e ferramentas serão continuamente incorporadas à aplicação, de forma a centralizar em um único local os principais serviços digitais prestados pela Corte aos jurisdicionados e cidadãos.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **4.010 atendimentos telefônicos**, sendo **1.975 para usuários internos e 1.874 para usuários externo**. No período também foram gerados **5.558 chamados de atendimento**, com um total de **3.878 finalizados**.



6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no segundo trimestre, elaborou **1.609 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **66 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **647 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo, e de **12 processos judiciais** em que a Corte atua no polo ativo, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **106 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de podcasts, que contaram com mais de **20.000 participantes e 48.000 visualizações**.

Destacam-se:

- **Ministério Público de Contas** – Foi realizada entre os dias 30/03 e 01/04 a **1 Conferência de Democracia e Institucionalidade** – evento comemorativo de 10 anos do MPC em formato presencial com transmissão ao vivo com o uso do Auditório Nobre, Sala Multiuso e Auditório Ministro Genésio de Almeida Moura. Contou com a presença de procuradores de Ministérios Públicos e de Contas de todo o país, bem como diversas autoridades como o Exmo. Ministro do STF Alexandre de Moraes e o 37º presidente do Brasil, o Exmo. Michel Temer em palestras de temas relacionados à atuação do órgão. Abarcou também a Assembleia Geral Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas e a Reunião Ordinária da Diretoria da Associação Nacional do Ministério Público de Contas.



▪ **DEF-4:** em continuidade ao Programa de Liderança lançado no 26 CAAPEFIS, foram realizados workshops em formato online direcionados a líderes da fiscalização e demais áreas do TCESP. No trimestre, foram realizados os módulos de Comunicação, Ferramentas para Liderança e Relacionamento. A série “Diálogos no TCESP” continua em curso com o tema “Viagens e Aprendizados”.

▪ **DASAS:** apresentados os temas sobre o Impacto do Sono no Metabolismo e Cognição, a Saúde Mental e Suicídio e, em parceria com a Ouvidoria, foi abordado o Assédio Moral e Sexual nos Locais de Trabalho.

▪ **DTI:** continuidade à série de lives da Jornada da Privacidade, além de uma série de lives destinadas ao público interno sobre o SEI! 4. Orientações de segurança, privacidade no Microsoft Teams e recursos da nova versão do Outlook também foram abordados.

▪ **Arquivo Público:** evento presencial em comemoração aos 10 anos de vigência da LAI – Lei de Acesso à Informação no Auditório Nobre deste Tribunal em parceria com o Arquivo Público.

▪ **Conselhos Municipais de Saúde:** evento realizado de forma híbrida e à ocasião foi realizado o lançamento do curso em EAD de Resíduos Sólidos.

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou **698** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 2º Trimestre

2º Trimestre - 2022	Quantidade de Eventos	Número de Participantes
<i>Reuniões Pedagógicas</i>	43	119
<i>Cursos e Eventos promovidos pela EPCP e(ou) outros setores do TCESP</i>	55	22.1238
<i>Cursos e Eventos Promovidos por outros Tribunais de Contas/Instituições</i>	1	--
<i>Podcast PodContas</i>	7	-
Total	103	24.193



6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Atendimentos	Telefone	309	399	363	1.071
	Fale Conosco	553	645	630	1.828
	“Web”	204	209	224	637
	“Phone”	3	3	3	9
	E-mail	2	12	6	20
	Outros	344	421	397	1.162
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		127	217	336	196
Envio de e-mails (Comunicados)		350	114	155	126
Cadastros	Advogados	162	158	156	476
	Partes	459	559	545	1.563
	Órgãos	50	371	41	462
	Participação PILOTO ¹	2	2	1	5
	Processos Cadastrados PILOTO	3	0	0	3
	Liberação do PILOTO para Produção	1	0	0	1

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se a incorporação de funcionalidades como novos resultados de decisão, descaracterização de CPF nos dados de processos, módulo de julgamento virtual, e novos dashboards disponibilizados no âmbito do Radar e-TCESP.

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.



6.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.420 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **53 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB



Ouvidoria

926
Solicitações

WhatsApp



349
Solicitações

Ouvidoria das Mulheres



5
Solicitações

0800



87
Solicitações

e-SIC



53
Solicitações

Registre-se ainda o total de **3.560 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.



No 2º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **102 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **59 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;
- **12 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



A página registra 15.081 curtidas de página e 18.809 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.



Totaliza 9.202 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 4.983 seguidores.



Registra 8.401 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013, além de 481.047 visualizações.



16.434 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.



São 1.661 publicações desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram em 2016, com 6.510 seguidores.



6.8. REVISTA DO TCE

Encontra-se em elaboração a Edição nº 149 da Revista do TCE, que abordará os principais fatos e acontecimentos referentes a atuação institucional da Corte. **Sob coordenação do Conselheiro Vice-Presidente, Sidney Estanislau Beraldo**, a Revista do TCESP trará ainda a publicação de artigos produzidos por servidores da Casa, além da íntegra de votos que foram objeto de destaque durante as sessões de julgamento.

6.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No 2º trimestre de 2022 o Cerimonial se fez presente em **7 eventos internos, 15 receptivos, 8 eventos externos na elaboração de roteiro e suporte técnico protocolar.**

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **2º Trimestre de 2022**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DIMAS RAMALHO
PRESIDENTE



8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	31/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 29/06/2022	30/06/2022
GP	30/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 22/06/2022	23/06/2022
GP	29/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 15/06/2022	16/06/2022
GP	28/2022	Parcelamento de Débitos Previdenciários Municipais	16/06/2022
GP	27/2022	Torna público o volume de processos julgados no 1º TRIMESTRE do exercício de 2022	15/06/2022
GP	26/2022	Comunica que a 18ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, agendada para o dia 15/06/22, quarta-feira, às 10h00m, será realizada por sistema eletrônico de videoconferência	14/06/2022
GP	25/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 08/06/2022	09/06/2022
GP	24/2022	Expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao primeiro bimestre (RRO) do ano de 2022 das Câmaras e Prefeituras Municipais	03/06/2022
GP	23/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 01/06/2022	02/06/2022
GP	22/2022	O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em atenção ao contido no Comunicado GP nº 33/2021, torna pública relação de processos digitalizados, que passam doravante a tramitar exclusivamente em meio eletrônico	27/05/2022



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 2º TRIMESTRE DE 2022 – ABRIL – MAIO - JUNHO

GP	21/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 25/05/2022	26/05/2022
GP	20/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 18/05/2022	19/05/2022
GP	19/2022	Listas de Exames Prévios de Editais submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 11/05/2022	12/05/2022
GP	18/2022	Formulário de Pesquisa SIAFIC	07/05/2022
GP	17/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno – Sessão de 04/05/2022	05/05/2022
GP	16/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 27/04/2022	28/04/2022
GP	15/2022	Torna público relatório comparativo com dados de julgamento e movimentação de processos referentes aos exercícios de 2020 e 2021	27/04/2022
GP	14/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno – Sessão de 20/04/2022	21/04/2022
GP	13/2022	COMUNICA programação atualizada do 26º Ciclo de Debates com Agentes e Políticos Municipais, realizado no período de 24 de março a 30 de junho.	21/04/2022
GP	12/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno – Sessão de 13/04/2022	14/04/2022
GP	11/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno – Sessão de 06/04/2022	07/04/2022
GP	10/2022	Comunica o término da fase de testes e o início - a partir de 02/05/2022 - da obrigatoriedade do serviço de recepção de planilhas de obras para a Ferramenta de Análise de Risco de Obras – FARO	02/04/2022



Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	09/2022	Proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios	03/06/2022
SDG	08/2022	Relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709 de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou Municípios	04/05/2022
SDG	07/2022	O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	07/04/2022



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo